



INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS – IAB

PROPOSTA DE INDICAÇÃO 013/2023

Ilmo. Sr. Presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros,

Dr. Sydney Sanchez,

Ementa: Estudo sobre a Medida Provisória nº 1.163/2023, que altera a alíquota do imposto de exportação sobre o óleo bruto.

Palavras-chaves: MP nº 1.163/2023.
Imposto de exportação. Óleo bruto.

Ilmo. Presidente,

Respeitosamente, dirijo-me a V. Exa. para o fim de solicitar que seja submetida à análise da pertinência pelo plenário deste Instituto, objetivando o exame, pela Comissão de Direito Financeiro e Tributário (CDFT) e pela Comissão de Direito Aduaneiro, Marítimo e Portuário (CDAMP), da Medida Provisória nº 1.163, de 28 de fevereiro de 2023 que, além de tratar da tributação pelo PIS, COFINS e CIDE sobre combustíveis, estabeleceu, em seu art. 7º, que a alíquota do imposto de exportação incidente sobre as exportações de óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, classificados no código 2709 da NCM, será equivalente a 9,2% (nove vírgula dois por cento), até 30 de junho de 2023. Essa Medida Provisória não possui regra de transição, de modo que o referido art. 7º produz efeitos imediatos às operações a que se refere.

Diante disso, existe a preocupação tanto com a forma abrupta como foi decidido majorar a tributação sobre as exportações do óleo bruto sem uma prudente e adequada consulta prévia à sociedade ou àqueles que lhe representam no Parlamento ou em Associações, como com os efeitos imediatos e de longo prazo que podem advir de tal norma.

Sobre os efeitos da MP nº 1.163, sem consulta prévia à sociedade, o IAB chama a atenção para o fato de que a indústria de petróleo e gás é dependente de contratações de longo prazo, muitas das quais ultrapassam a marca de 20 anos. É, portanto, uma indústria

que baseia suas decisões de investimento no Brasil em regras que se espera sejam estáveis durante a execução dos seus contratos. A criação, com efeitos imediatos, de um imposto sobre a exportação do óleo bruto é medida que traz grande insegurança jurídica e poderá desestimular potenciais investidores a aplicarem seus recursos no Brasil na área de exploração e produção de petróleo e afugentar as muitas oportunidades de investimentos que essa indústria poderia fazer localmente, e que gerariam empregos e renda para o país – inclusive através do pagamento de outros tributos, *royalties* e participações especiais. De modo amplo, é importante que se preze pela estabilidade e previsibilidade jurídico-regulatória, fiscal e respeito aos contratos, sob pena de se prejudicar o equilíbrio econômico-financeiro dos investimentos contratados.

De acordo com a exposição de motivos da Medida Provisória veiculada pelo EM nº 00026/2023 MF:

“(...) 7. Em cumprimento ao disposto no inciso I do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), e ao art. 131, § 1º, da Lei nº 14.436, de 9 de agosto de 2022, cabe informar que, nos termos da Nota Cetad/Coest nº 025, de 28 de fevereiro de 2023, a medida em tela ocasiona redução de receitas tributárias estimada em R\$ 6,61 bilhões (seis bilhões, seiscentos e dez milhões de reais), renúncia já prevista na Lei Orçamentária Anual de 2023.

8. Ademais, a medida ora proposta eleva a alíquota do imposto de exportação incidente sobre as exportações de óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, classificado no código 2709 da Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM, cujo impacto financeiro positivo, nos termos da Nota Cetad/Coest nº 025, de 28 de fevereiro de 2023, é da ordem de R\$ 6,65 bilhões (seis bilhões, seiscentos e cinquenta milhões de reais).”

A despeito do acima exposto, é cediço que o imposto de exportação não se presta como instrumento para cobrir o déficit público. Antes, é tributo regulatório que tem por objetivo perseguir resultados econômicos ou sociais, mas nunca arrecadatórios. Por esta razão, as propostas veiculadas pela MP quanto à alíquota do imposto de exportação sobre o óleo bruto tornam-se temerárias, o que, por conseguinte, justifica e dá azo à elaboração de parecer acerca da matéria, sobretudo para averiguar possível violação do princípio da tributação pelo país de destino, da extrafiscalidade do imposto de exportação, dentre outros aspectos. Naturalmente, os questionamentos aqui apresentados não precisam ser esgotados pelo parecerista, cabendo-lhe a livre apreciação da matéria.

Diante do exposto, tendo em vista a importância das alterações previstas na medida provisória em comento, impõe-se a necessidade de estudo metódico a respeito, razão pela qual submeto a essa presidência a conveniência de que seja ouvido o plenário deste Instituto sobre a pertinência da sua submissão à Comissão de Direito Financeiro e



Tributário e à Comissão de Direito Aduaneiro, Marítimo e Portuário para fins de elaboração de parecer sobre a proposta.

Rio de Janeiro, 02 de março de 2023.

ADILSON RODRIGUES PIRES
Comissão de Direito Financeiro e Tributário
Instituto dos Advogados Brasileiros (CDFT/IAB)